



ESPECIAL SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- >> Exportação de tecnologia
- >> Certificação e boas práticas
- >> Diversificação das cadeias produtivas

A AGRICULTURA PAULISTA DE ONTEM, HOJE E AMANHÃ

João Sampaio*

O estado de São Paulo nasceu da agricultura do ponto de vista histórico e econômico. Sua colonização deu-se pela pecuária, uma vez que não tinha o *glamour* e a riqueza proporcionados pela presença da Família Real na então capital Rio de Janeiro, e nem o ouro e diamantes lavrados nas Minas Gerais. Os paulistas tiveram de descobrir e construir sua vocação econômica ao mesmo tempo. Da incipiente pecuária extensiva, as fazendas foram nascendo, e, do café cultivado, as cidades brotaram.

Os pés de café produziram o capital acumulado, e o espírito empresarial originário da atividade construiu os alicerces da indústria paulista. E a Secretaria de Agricultura e Abastecimento participou ativamente da construção. Ela foi criada em 11 de março de 1891, pela Lei nº 15, que fixava receita e orçava despesas do estado para o exercício de 1892. Em seu Artigo 4º destinou recursos para a então Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

No entanto, antes disso, estava lançada a semente daquilo em que São Paulo se especializou e que é até hoje o nosso carro-

chefe – a produção de conhecimento e tecnologia com a pesquisa agropecuária. O Instituto Agronômico (IAC), localizado em Campinas, foi fundado em 1887 pelo Imperador D. Pedro II e recebeu a denominação de Imperial Estação Agronômica de Campinas, e, em 1892, passou para o governo do estado de São Paulo, integrado à Secretaria de Agricultura.

Esse ato culmina hoje na maior produção de tecnologia agropecuária do País, e nossas instituições são destaque na literatura científica mundial. A maior parte dos alimentos presentes no prato do brasileiro e das *commodities* agrícolas exportadas é fruto desse trabalho. O conhecimento e a tecnologia aqui desenvolvidos se espalham, assim como a forma de desenvolver políticas públicas de acesso a crédito, as inovações nos instrumentos de proteção ao produtor, a assistência técnica pioneira, a logística de estradas e a defesa agropecuária moderna. Tudo isto está presente nas próximas páginas deste encarte da **Agroanalysis**.

O estado de São Paulo, visto como a unidade mais industrializada da nação, é também a sua maior plataforma agrícola, respondendo por quase 20% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. Em 2008, nas propriedades paulistas foram gerados quase R\$ 38 bilhões em valor da produção. Se contarmos a cadeia do agronegócio, podemos multiplicar esse montante por dez – o chamado depois da porteira.



Somos o maior produtor de laranja do mundo, o maior produtor de açúcar e álcool. Terceiro produtor do Brasil de café, terceiro produtor nacional de carne de frango, o terceiro em suinocultura e um dos primeiros em frutas de mesa. Também produzimos com destaque eucalipto, seringueira, flores e ovos. Somos ainda o primeiro em exportação de carne e genética bovina, o que está diretamente ligado à sanidade da produção, uma das nossas prioridades.

Para pensar a agricultura dos próximos 30 anos no estado de São Paulo, devemos rever todos os capítulos que nos conduziram até este ponto, revisar os equívocos cometidos e construir a modernidade no campo. A base está na diversificação, verticalização no uso do solo e recursos hídricos, sustentabilidade ambiental e social.

O desenvolvimento de novas tecnologias e a transferência delas para o produtor rural devem ser estabelecidos sob a luz desses conceitos e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento trabalha para ser novamente o guia nesta construção.

* João Sampaio é produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO: DIVERSIFICAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Quando se fala da agropecuária paulista, a tendência é pensarmos “mas São Paulo não é totalmente industrializado?” Também. No entanto, o estado representa quase 20% do valor da produção agropecuária (VPA) do País. Seu valor em 2008 ficou entorno de R\$ 37,7 bilhões. Mesmo com a crise internacional e a queda dos preços das principais *commodities* no segundo semestre deste ano, a agricultura paulista superou os percalços e registrou crescimento da ordem de 18% em relação ao ano anterior.

Mas o que faz de São Paulo responsável por quase 20% do VPA brasileiro? O estado é o maior produtor de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, de açúcar e álcool, o maior produtor de laranja e responde por 97% das exportações de suco da fruta no País, o terceiro maior produtor de café, o maior corredor de exportação da carne bovina, o terceiro maior produtor de carne de frango e de ovos, o primeiro em borracha natural e grande produtor de frutas de mesa e flores. Essa diversidade é um dos fatores que possibilitam o alto valor de produção, conjugado à proximidade com o mercado consumidor e a logística favorável às exportações.

Entre os produtos líderes no *ranking* de valor de produção de 2008, os quatro primeiros, cana-de-açúcar, carne bovina, laranja para indústria e carne de frango mantêm suas posições e o *share* acumulado de 60,2% do total produzido no estado. Na sequência, vêm o milho, os ovos, o café beneficiado, leite C, a soja, o feijão e a banana.

DIVERSIFICAÇÃO

PRODUTO	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
Cana-de-açúcar	R\$ 12,85 bilhões
Carne bovina	R\$ 5,02 bilhões
Laranja para indústria	R\$ 2,74 bilhões
Carne de frango	R\$ 2,06 bilhões
Milho	R\$ 2,05 bilhões
Ovos	R\$ 1,48 bilhão
Café beneficiado	R\$ 1,08 bilhão
Leite C	R\$ 1,01 bilhão
Soja	R\$ 0,90 milhões
Feijão	R\$ 0,88 milhões
Banana	R\$ 0,67 milhões
Tomate para Mesa	R\$ 0,54 milhões

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

BALANÇA DO AGRONEGÓCIO

No “antes da porteira”, a performance da agropecuária de São Paulo apresentou crescimento, e no “depois da porteira” também se registra uma balança comercial do favorável. O grande peso da agricultura paulista está na sua capacidade de agroindustrialização e agregação de valor aos produtos. Em 2008, nas exportações do agronegócio paulista, mais de 80% dos produtos passaram por alguma etapa de manufatura.

O agronegócio paulista apresentou exportações crescentes (9,9%), atingindo US\$17,05 bilhões, enquanto as importações aumentaram 40,7%, somando US\$7,78 bilhões, com saldo de US\$9,27 bilhões, que, embora positivo, foi 7,2% menor do que o do ano de 2007. Em função disso, há que destacar que as importações paulistas nos demais setores - exclusive os agronegócios - somaram US\$58,56 bilhões para exportações de US\$40,65 bilhões, gerando um déficit externo desse agregado de US\$17,9 bilhões no ano de 2008. Assim, conclui-se que o déficit do comércio exterior paulista seria muito maior não fosse o desempenho do agronegócio estadual.

Os cinco principais agregados de cadeias de produção nas exportações do agronegócio paulista no ano foram: a cana e as sacarídeas (US\$5,23 bilhões), os bovídeos – bovinos (US\$3,34 bilhões), as frutas (US\$ 2,16 bilhões), os produtos florestais (US\$1,92 bilhão), e os bens de capital e insumos (US\$1,01 bilhão). Esses cinco agregados representam 85,1% das vendas externas setoriais paulistas.

A capacidade de agregação de valor e de suportar as adversidades do agronegócio paulista é resultado de um trabalho multidisciplinar da Secretaria de Agricultura, que promove suas ações na busca da agroindustrialização, na diversificação e verticalização da utilização do solo paulista. Essas ações são direcionadas para a linha da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

PESQUISA – MAIORES INVESTIMENTOS EM 25 ANOS

A pesquisa agropecuária paulista é desenvolvida pelos seis institutos de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

- Instituto Agrônomo de Campinas
- Instituto Biológico
- Instituto de Zootecnia
- Instituto de Tecnologia dos Alimentos
- Instituto de Economia Agrícola
- Instituto de Pesca

Para o desenvolvimento de pesquisas e campos de experimento guiados pela demanda regional, a secretaria ainda tem 15 pólos regionais de pesquisa e 12 centros avançados dedicados a cada cadeia produtiva. A rede de conhecimento e tecnologia da secretaria é coordenada pela Apta (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios).

Esses órgãos receberam os maiores investimentos voltados à sua infra-estrutura dos últimos 25 anos. No total, foram R\$ 30 milhões para modernização e certificação dos centros e laboratórios, recuperando a capacidade dos núcleos de geração de inovações tecnológicas para responder com eficácia e eficiência às demandas dos agentes do agronegócio paulista. “Somente a capacidade de análises laboratoriais está sendo praticamente duplicada”, afirma o coordenador da Apta, Orlando Melo de Castro.

PERFORMANCE – A Apta é segunda mais importante instituição de pesquisa agropecuária do Hemisfério Sul – só perdendo para a Embrapa – e responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas à geração de conhecimento e novos cultivares. No ano agrícola 2006/2007 foram executadas 1.485 pesquisas, enquanto no ano agrícola 2007/2008 o indicador alcançou 1.601. No ano agrícola 2008/2009 (de julho de 2008 até julho de 2009) estão em execução 1.525 pesquisas.

Em 2008, foram lançadas 34 novas variedades de plantas, com destaque para cana, feijão, amendoim, seringueira e flores ornamentais. As novas variedades se destacam pela maior produtividade, resistência às doenças e adaptabilidade às diferentes regiões do País (especialmente cana e feijão). “Num comparativo, a nossa produção científica foi semelhante à da Embrapa. Trata-se de importante esforço feito pelo governo do estado para de manter São Paulo na vanguarda da inovação tecnológica da agricultura nacional”, afirma o coordenador da Apta.

A produção de antígenos e tuberculina foi um dos grandes destaques nos últimos dois anos. O Instituto Biológico (IB) atingiu a marca de 2 milhões de doses desses insumos e 100% de aprovação no MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), quando a expectativa era de 90%. Tal fato faz do IB o maior produtor desses insumos no Brasil, para atendi-

mento à pecuária nacional. Em 2009, a primeira biofábrica para produção de organismos para controle biológico de pragas será inaugurada em Campinas.

No prato dos brasileiros, a pesquisa paulista garante o arroz com feijão de todas as refeições. Variedades de arroz moti (japonês), arroz para risoto (pela primeira vez produzido no País), arroz preto e arroz aromático foram desenvolvidas, garantindo nichos de mercado. Novos cultivares de feijão também foram lançados. Destaque para os do tipo carioca com produtividade superior, melhor desempenho culinário e maior valor nutricional em razão de percentuais mais elevados de aminoácidos essenciais. Em 2009, comemora-se 40 anos do cultivar IAC carioca que revolucionou a produção brasileira desse alimento básico da população brasileira.

Na fruteira dos paulistas também foram garantidos novos materiais de nectarina com menor dependência de clima frio, ampliando as possibilidades de zona de plantio e fornecendo produto de excelente sabor e qualidade para o consumidor, assim como variedades de uva niagara e tangerinas.

“A abrangência da nossa pesquisa agropecuária reflete-se na diversificação das atividades agrícola do estado de São Paulo, marcada pelos diversos cultivos, garantindo ao produtor boas alternativas econômicas”, afirma o secretário de Agricultura João Sampaio.

BIOENERGIA – Na área de bioenergia, as pesquisas de novas cultivares de cana-de-açúcar permitiram maior produção de açúcar e de álcool por hectare plantado (maiores produtividade e teor de sacarose), com aumentos na produtividade de 10% a



30%. Além disso, contribuem para a diversificação da base genética dos canaviais conferindo maior segurança produtiva; outra característica reforçada nas pesquisas foram as espécies desenvolvidas para colheita mecanizada e adaptadas para plantio nos cerrados de São Paulo e do Brasil Central.

As novas modalidades aumentam significativamente as possibilidades de produção de biocombustíveis e co-geração de energia elétrica

ESTRATÉGIA PAULISTA: EXPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA

Graças ao programa de qualificação e certificação, seja na área animal ou vegetal, e credenciamento internacional dos laboratórios e dos centros de estudo, a pesquisa paulista tem alçado novos vãos e garantido a presença e a exportação de conhecimento e tecnologia para outros estados brasileiros e, principalmente, firmado parceria estratégica com vários países.

Na área de cana, o estado de São Paulo já desenvolve parcerias - seja na forma de transferência de conhecimento como também em campos de experimentos - em várias regiões brasileiras, tais como: oeste baiano, Tocantins, Goiás, Mato Grosso. Para frutas, em estados nordestinos como Pernambuco e Paraíba.

Na multiplicação de sementes certificadas, o *know-how* paulista por meio do seu departamento de sementes, mudas e matrizes (DSMM) permite a exportação de cultivares e variedades de milho, feijão, cevada cervejeira para vários estados. No café, a tradição do Instituto Agrônômico permite que quase 25% das variedades cultivadas no país tenham como nascedouro a pesquisa paulista.

No caso de combate às pragas e doenças, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária tem exportado conhecimento para o controle da raiva dos herbívoros no estado do Pará, colaborando no controle da doença naquele estado.

PELO MUNDO – Um dos referenciais para saber o real interesse pela agricultura e pesquisa paulista está no número de comitivas estrangeiras recepcionadas pela Secretaria de Agricultura e seus órgãos. “Semanalmente, registramos de duas a três consultas na forma de audiências e solicitação de informações sobre o agronegócio paulista e possíveis cooperações técnicas”, afirma o secretário João Sampaio.

Para o estado de Vera Cruz, no México, foram realizadas viagens técnicas e missões comerciais na área de cana-de-açúcar, o que culminou na instalação de campos com material genético do Centro de Cana da Apta e em uma parceria comercial com o Grupo Piazza, um dos maiores grupos mexicanos no setor.

De forma pioneira e sem o alarde midiático de outras instituições de pesquisa, o Centro de Cana já ofereceu tecnologia e conhecimento no setor sucroalcooleiro para países africanos como Moçambique e Angola. Com a Austrália, um acordo de cooperação técnica permite troca de experiências nas áreas de cana e ovinocultura. O intercâmbio de tecnologia contribuirá para aumentar a produção de etanol fora do Brasil e tornar o biocombustível uma *commodity*.

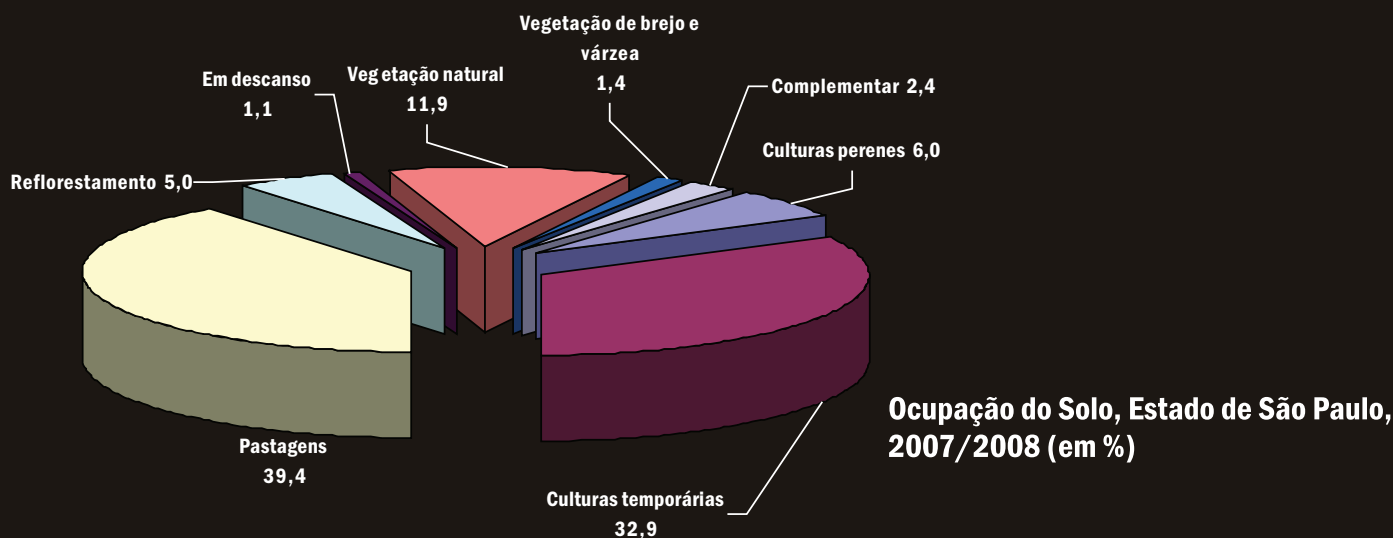
Para a China, a pesquisa paulista exportou tecnologia na área de batatas, com remessa de materiais e garantia de dividendos para suas instituições. No setor pesqueiro, Chile e Noruega devem garantir boas trocas de tecnologias.



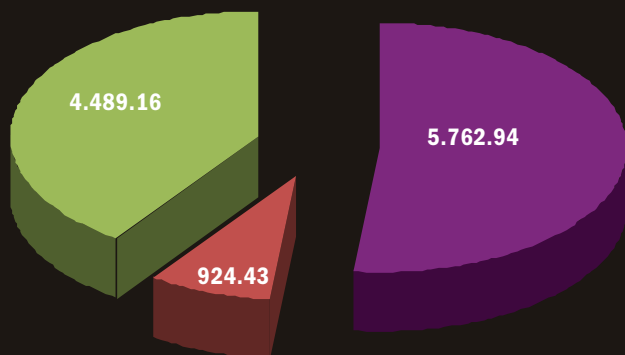
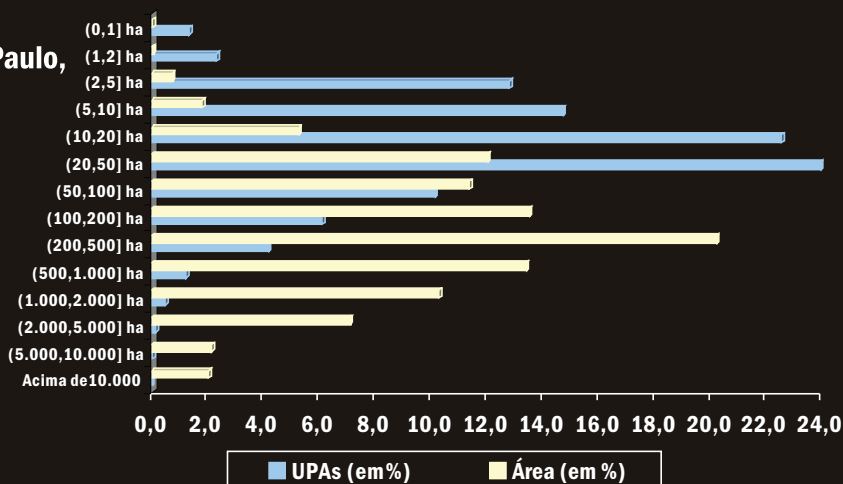
PROJETO LUPA

Censo Agropecuário do

O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA) alcançou 3 hectares, e envolveu aproximadamente 3.000 funcionários, da Secretaria de Agricultura. O levantamento torna-se base atualizada da agropecuária paulista no início do século XXI e do setor rural, que contribuem para a oferta de alimentos e matérias-primas e na geração de emprego e renda para a população em geral. Informações mais detalhadas estão disponibilizadas no site do Projeto LUPA.



Estrutura Fundiária, Estado de São Paulo, 2007/2008



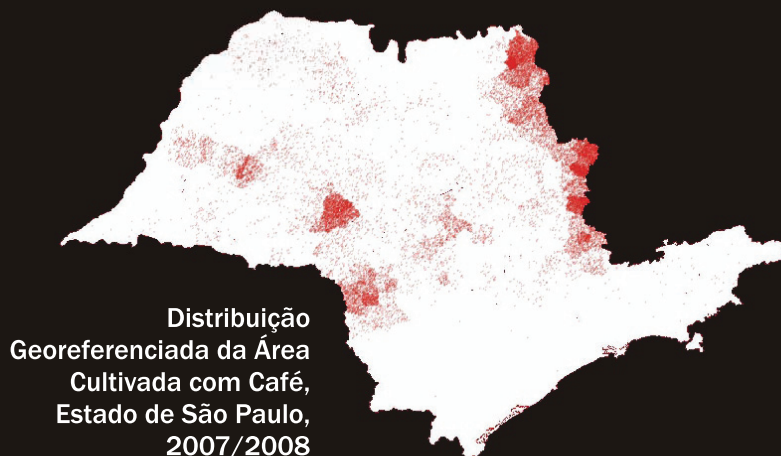
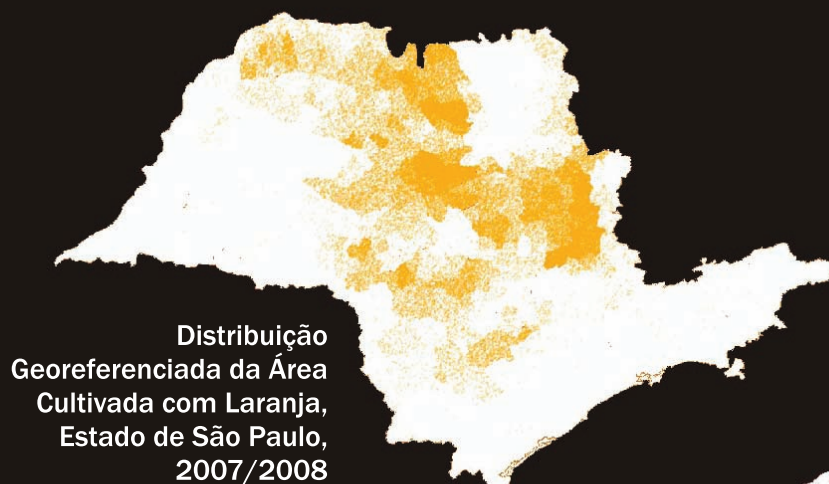
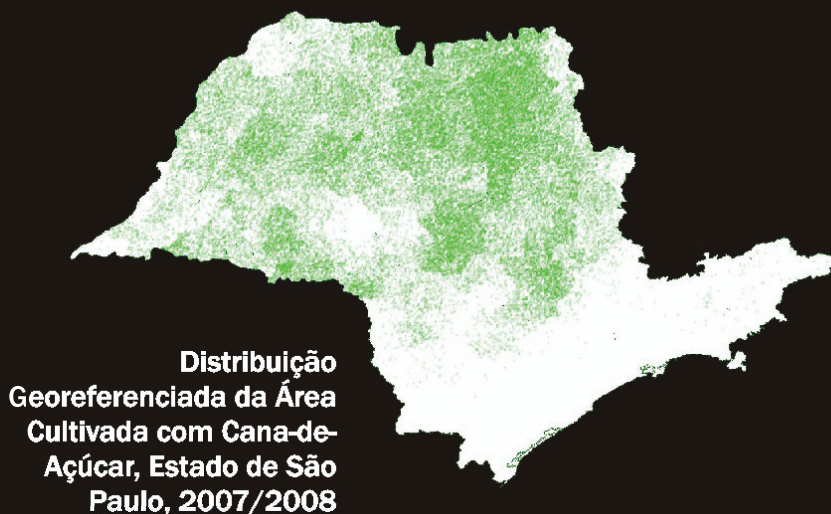
Rebanho Bovino, Estado de São Paulo, 2007/2008

■ Bovinocultura de Corte ■ Bovinocultura Leiteira ■ Bovinocultura Mista

LUPA - 2007/2008

do Estado de São Paulo

çou 324.601 unidades de produção agropecuárias, ocupando área ao redor de 20 milhões de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e de Prefeituras Municipais. Este o XXI e ferramenta indispensável aos diagnósticos e projetos direcionados ao desenvolvimento geração de renda e emprego, levando à melhoria da qualidade de vida do produtor paulista e da o Projeto LUPA: www.cati.sp.gov.br/projetolupa e www.iea.sp.gov.br/projeto_lupa



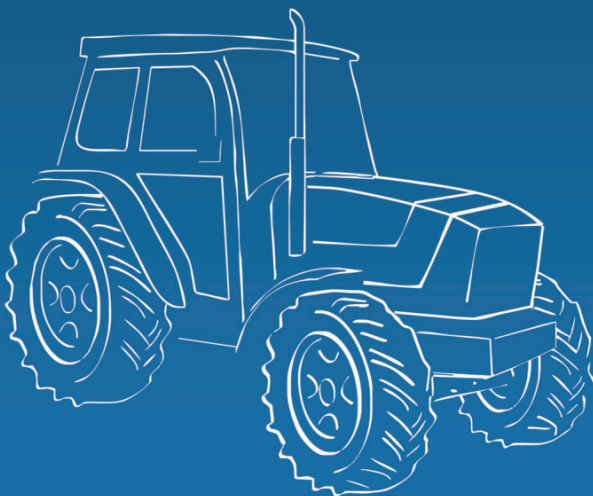
A DIVERSIFICAÇÃO PELO CRÉDITO

O estado de São Paulo é marcado pela diversificação de culturas, resultado de uma política de crédito de incentivo. Por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), órgão da secretaria para crédito, são oferecidas linhas de financiamento para os agricultores com renda bruta anual de até R\$ 400 mil, portanto pequenos e médios produtores nas mais diversas atividades agrícolas. São várias linhas de atuação no que chamamos de “atacado”, oferecendo crédito para a fruticultura, floricultura, pecuária bovina de corte e leite e de bubalinos, suinocultura, avicultura, ovinocultura, caprinocultura, piscicultura, olericultura, apicultura, agroindustrialização, florestas, máquinas e implementos e café, com ênfase na melhoria da qualidade.

PROGRAMA PRÓ-TRATOR

**AGRICULTURA MODERNA
PARA TODOS**

**EM SÃO PAULO A VIDA VAI
FICAR MAIS FÁCIL.**



Além disso, o Feap também inaugura uma linha de atuação voltada para as demandas regionais de crédito. Em 2008, foi criada uma linha de financiamento específica para os produtores que compõem a região da Bacia Hidrográfica do Rio Aguaí-Peixe, no oeste paulista, abrangendo 57 municípios.

As condições de crédito são as melhores do mercado:

- Juros de 3% ao ano;
- Prazos de pagamento de até sete anos, conforme a atividade agrícola;
- Carência de até três anos.

CRÉDITO: INOVAÇÃO NO PROGRAMA PRÓ-TRATOR

De forma pioneira, o estado de São Paulo inaugurou uma forma de tornar o crédito não só mais acessível como inaugurou uma modalidade de oferecer preços mais baixos ao produtor paulista. O Programa Pró-Trator, iniciado em 2008, oferece seis mil tratores financiados a juro zero e com desconto médio de 20% nos valores dos tratores de potência entre 50 e 120 cavalos.

A mágica é fruto de uma parceria com o Banco Nossa Caixa, que disponibiliza R\$ 400 milhões em crédito dentro dos chamados R.O. (recursos obrigatórios), cuja taxa de juros é de 6,75% ao ano. O governo do estado, por meio do Feap (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista), subvenciona os juros para o produtor, totalizando R\$ 100 milhões em recursos, e assim garante que o produtor pague juro zero.

Além disso, os fabricantes de tratores participaram de um registro de preços, em que ficou assentado o preço mais baixo oferecido por categoria, resultando em um desconto médio de 20%. Os prazos para pagamento também são inovadores, de até cinco anos, dependendo da atividade agrícola e do projeto técnico, e com carência de até três anos, também dependendo dessas duas variáveis.

Os beneficiários são produtores que obtêm no mínimo 80% da renda bruta anual com a atividade agropecuária, limitada a R\$ 400 mil por ano (perfil Feap). Criado pelo governo do estado de São Paulo por decreto assinado em 4 de novembro do último ano, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura via Feap, o programa já está em andamento. “É uma medida anti-cíclica em meio à escassez de crédito para o agricultor”, afirma secretário João Sampaio.

SÃO PAULO: SEGURO RURAL BATE RECORDE

Um dos principais instrumentos de proteção para a agricultura é o seguro agrícola, seja contra as intempéries climáticas ou como ferramentas e títulos de crédito que assegurem a renda na hora da comercialização. Um dos maiores produtores e exportadores de itens agrícolas e processados do mundo, o Brasil é dos poucos países em que essas modalidades de seguro não fazem parte da atividade produtiva. No entanto, há um crescimento de beneficiários e também políticas de incentivo e subvenção para que o produtor tenha acesso a tais instrumentos e que eles sejam mais baratos.

No estado de São Paulo, o projeto de subvenção ao prêmio do seguro rural, criado pioneiramente em 2004, bateu recordes de pagamentos e participações de produtores rurais locais no último ano. No ciclo agrícola de julho de 2007 a julho de 2008 foram 2.717 subvenções pagas, totalizando R\$ 2,63 milhões. Com a ampliação dos beneficiários participantes e agilidade no processo de recebimento de 50% do prêmio pago diretamente ao produtor, o segundo semestre de 2008 totalizou 5.013 subvenções, com valor de R\$ 7 milhões pagos ao agricultor. Mais duas mil solicitações com recursos de até R\$ 2,8 milhões estão em análise, devendo reforçar ainda mais o número de participantes do projeto.

O crescimento da participação é reflexo de algumas alterações anunciadas pelo governador José Serra durante a Agrishow Ribeirão Preto, em maio do ano passado. A primeira foi no enquadramento dos beneficiários, limitados a pequenos e médios produtores com renda anual de até R\$ 400 mil, e ampliado para um limite de subvenção de R\$ 24 mil por produtor, independente da sua renda agropecuária no ano. A segunda alteração é que, em vez do produtor pagar integralmente o prêmio, ele paga somente 50% e o governo repassa às seguradoras os 50% restantes.

O projeto-piloto estadual estabelecia em 2004 o pagamento total do prêmio às seguradoras pelos produtores rurais, e o governo, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), órgão da Secretaria de Agricultura, ressarcia 50% do valor do prêmio àqueles que aderissem ao projeto.

Além disso, o agricultor pode beneficiar-se também da subvenção de 50% do projeto do governo federal, implementado em 2006, cabendo dessa forma ao produtor paulista o pagamento de 25% do prêmio total.

Todas as mudanças propiciaram o aumento do número de beneficiários e de subvenções pagas. Para se ter uma idéia do crescimento, entre 2004 e 2006 foram 2.339 subvenções pagas, com um total de R\$ 3,5 milhões de repasses.

Para o secretário de agricultura, João Sampaio, a adesão tem crescido devido à maior agilidade no processo e também à popularização do projeto e do seguro. “No início, os participantes eram majoritariamente fruticultores. Hoje, produtores de outras atividades procuram e podem receber a subvenção estadual para mais de uma cultura, desde que o somatório não ultrapasse os R\$ 24 mil”, afirma.

São 83 atividades agrícolas contempladas no projeto, que variam de frutas, café, legumes e frutas até as atividades de pecuária e também aquícolas. As seguradoras credenciadas no período são: Allianz Seguros S/A, Cia de Seguros Aliança do Brasil, Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, Nobre Seguradora do Brasil S/A, Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, Seguradora Brasileira Rural S/A.

SEGURO DE RENDA – O PRÓXIMO PASSO INOVADOR

Um projeto inédito oferecerá subsídio aos produtores que queiram assegurar o preço da safra por meio de mecanismos ofe-

Como financiar o seu trator

1

Procure a unidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do seu município, por meio dos escritórios regionais da CATI ou Casas de Agricultura para solicitar a participação no Programa

2

De posse da documentação analisada pela CATI, apresente-se ao Banco Nossa Caixa do seu município ou da sua região para análise do crédito

3

De posse da carta de crédito emitida pelo Banco Nossa Caixa, procure a revenda de sua preferência em até 10 dias após a emissão da mesma, para fazer o pedido do seu trator

4

De posse da nota fiscal emitida pelo fabricante, apresente a mesma ao Banco Nossa Caixa para comprovação da aquisição do seu trator e liberação do crédito

Para informações complementares, acesse:

www.agricultura.sp.gov.br



recidos no mercado financeiro. O chamado Projeto de Seguro de Renda, uma parceria do governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com o Banco do Brasil e deve entrar em funcionamento no final deste semestre. O projeto visa a subsidiar parte das operações que serão realizadas via mercado futuro, com base nas cotações BM&F/Bovespa para milho, soja, café e boi.

FUNCIONAMENTO – O produtor poderá exercer a opção de venda no momento em que os preços de mercado estiverem em um patamar satisfatório. O produtor exerce a opção e depois faz a entrega fisicamente. Para isso, o prêmio pago pelo contrato será subvencionado. A intenção do governo é subvencionar 50% do prêmio pago nos contratos para exercer o direito da opção.

“É uma modalidade de *hedge* (proteção), é chamado de seguro de renda porque permite ao produtor determinar o nível de preço que vai receber. A partir do momento em que ele adquire o direito de exercer a opção, já está protegido”, explica o secretário João Sampaio. Se o preço cair, ele exerce a opção de venda, se os preços subirem até o vencimento do contrato, entrega a mercadoria com a valorização adquirida. O ônus fica apenas com os custos do pagamento do prêmio, que serão bancados 50% pelo governo do Estado.

Dentro do escopo do projeto, os instrumentos serão operacionalizados via Banco do Brasil, e o governo do Estado participa com recursos para a subvenção.

“Ele funcionará nos mesmos moldes do projeto de subvenção de 50% do prêmio no seguro contra intempéries já executado pela secretaria, ou mesmo na subvenção à taxa de juros de 6,75% do programa Pró-Trator, que acaba permitindo juro zero ao produtor”, afirma Sampaio.

CERTIFICAÇÃO E ALIMENTO SEGURO

Risco Sanitário Zero

O *slogan* Risco Sanitário Zero, lançado no plano de governo do então candidato a governador José Serra na campanha de 2006, hoje é programa de governo.

Na nova abordagem as decisões passam a ter base na ciência, tornam-se mais claras as responsabilidades pela segurança e especificação dos produtos e serviços, introduz-se a rastreabilidade *para recall* de produtos defeituosos, dá-se ênfase ao direito a informações sobre os produtos, os processo e os controles, e em especial, procura-se simplificar as exigências e os controles.

Além do aprimoramento do suporte a decisão, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), órgão responsável pela vigilância sanitária animal e vegetal, iniciou importante processo de modernização baseado na reestruturação organizacional, reposição de quadros profissionais e informatização de diversos procedimentos.

O enfoque é o uso da tecnologia da informação para otimizar recursos materiais e humanos, facilitar a vida dos usuários do sistema de defesa e criar os controles e barreiras virtuais para a certificação do alimento aqui produzido e consumido. O desenvolvimento e a consolidação dos sistemas informatizados - já iniciados - permitirão a introdução de sistemas inteligentes para a gestão dos perigos para animais, vegetais e consumidores.

Mas, além da informatização, a efetivação de 340 novos profissionais no quadro da defesa agropecuária paulista, com disponibilidade de equipamentos de informática e da rede de comunicação (Intagov) estabelece um novo patamar de ação no estado.

“Ainda temos muito a caminhar, mas os alicerces para um sistema moderno de defesa agropecuária já estão aí” afirma o secretário João Sampaio. Ele enumera as outras ações:

- a criação do Sistema Paulista de Defesa Agropecuária. Ele é composto por agentes públicos e privados que se integram em diferentes estruturas. Nele, a CDA – braço operacional do sistema - será efetivada como uma agência de defesa com maior autonomia e estrutura mais ágil e inteligente para enfrentar os desafios do ali-





João Luiz

mento seguro da fazenda à mesa. Um SUS para os animais as e plantas.

- O sistema prevê a criação da Rede de Conhecimento Científico, composta pelas universidades públicas do estado e os centros de pesquisa. A rede dará suporte científico permanente às ações do Sistema de Defesa ;
- Fundos privados também farão parte do sistema. Eles são imprescindíveis no processo de descentralização das atividades de defesa. Algumas atividades importantes para manutenção de ambiente favorável à sanidade podem ser desenvolvidas e supervisionadas por organismos sociais controlados pelos próprios produtores rurais;
- Articulação de convênio com a Fapesp e garantia de recursos para intensificar pesquisas nas áreas de defesa animal, vegetal e alimento seguro. São R\$ 8 milhões divididos entre a Fapesp e a SAA. Pretende-se dispor do primeiro banco de informações no Brasil sobre métodos de diagnóstico, tratamento e profilaxia de doenças e pragas;
- Negociação de convenio com a Polícia Militar para tornar mais efetiva a vigilância e o controle do trânsito de animais, plantas, derivados e insumos na malha rodoviária paulista. Partindo do que determina o Decreto Nº 35.824, que permite à Secretaria de Agricultura e Abas-

tecimento utilizar a infraestrutura da Polícia Militar será encontrada uma nova e adequada forma de ação integrada para a vigilância sanitária em tempo real nas rodovias do estado;

- Certificação Sanitária Básica das propriedades rurais. Propriedades rurais que tiverem boas práticas de produção terão maiores facilidades para obter financiamentos e subvenções do Feap;
- Poupatempo rural para a emissão de documentos pela *internet*;
- Sistema de alerta para avisar as comunidades rurais sobre emergências e cuidados que devem ser tomados na prevenção de doenças e outros riscos;
- Marca São Paulo para estimular os programas de qualidade e de certificação de empresas e serviços;
- Apoio às iniciativas de sucesso que tenham por objetivo diminuir custos, estimular a cooperação entre as áreas pública e privada, formar mão-de-obra qualificada e aumentar as redes de comércio. Um bom exemplo é o Programa do Alimento Seguro (PAS.) O programa atende a centena de milhares de agentes econômicos, da fazenda até o comércio, ensinando técnicas de gestão e controle. Trata-se de uma parceria entre o Sebrae, Senai, Senac, Senar, SESCOOP e órgãos públicos federais e estaduais que deve ser estimulada.

CAPACITAÇÃO – É O QUE O PRODUTOR QUER

Em recente pesquisa realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, produtores rurais paulistas apontaram a capacitação e o acesso à informação como uma de suas principais necessidades, perdendo somente para acesso ao crédito rural. Ao mesmo tempo, é surpreendente e gratificante para os projetos que a Secretaria de Agricultura desenvolveu e irá implementar nos próximos anos.

Programa de Microbacias – uma nova forma de levar a informação

Parceria do governo do estado com o Banco Mundial, o Programa de Microbacias Hidrográficas efetivou uma nova forma de atuação da Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), articulando o poder público local e a comunidade rural num processo de planejamento participativo em que os resultados são duráveis. Iniciado em 2000, e finalizado em 2008, o programa beneficiou 70 mil famílias em uma área de 3,3 milhões de hectares trabalhados em 970 microbacias. Com a assistência técnica e capacitação dos produtores envolvidos, houve a criação de mais de 450 associações e o envolvimento das comunidades como no caso de ações de educação ambiental a 465 mil alunos da rede pública estadual e municipal. “O maior mérito do Microbacias concentra-se na capacitação e formação de lideranças e na possibilidade de transformar os produtores rurais de passivos receptores das informações a ativos articuladores de suas ações dentro do Programa”, afirma Francisco Simões, coordenador da Cati, órgão responsável pelo Programa.

DIFUSÃO E VIABILIDADE ECONÔMICA

Acesso à informação é o primeiro passo. A gestão do conhecimento é o segundo passo. Nessa linha de ação, a Secretaria de Agricultura trabalha para que o produtor alcance aumento de renda, com geração de empregos no campo.

No projeto de viabilidade da pecuária leiteira para pequena propriedade desenvolvido pela Cati, o participante busca a rentabilidade econômica da atividade adotando tecnologias simples de manejo do rebanho e técnicas de gestão financeira. “Visitei produtores que organizaram sua propriedade a partir de planilhas e que tiveram aumento de 200% na sua produtividade leiteira, aliando redução de custos e otimização de recursos. Tudo isso fruto da capacitação e extensão rural”, explica o secretário João Sampaio. Atualmente, são mais de 600 pequenas propriedades rurais assessoradas em todo o estado de São Paulo e outros milhares que seguem o modelo de difusão da tecnologia e gestão econômica por conta própria.

MICROBACIAS 2 – MAIS CAPACITAÇÃO COM GESTÃO

A segunda fase da parceria do governo do estado com o Banco Mundial terá início ainda em 2009, com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado. O programa, com prazo de cinco anos, tem como objetivo ampliar a competitividade da agricultura familiar, respeitando os princípios de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

No primeiro ano serão iniciadas as atividades de planejamento, priorização e capacitação das organizações dos beneficiários que terão apoiados os planos de negócio de acesso aos mercados.





João Luiz

Com a organização alcançada no meio produtores rurais na primeira fase do Programa, o segundo momento será facilitado, afirma o coordenador da Cati. A expectativa é de que a gestão econômica das propriedades e das associações na procura de nichos de mercado e agregação de valor aos produtos seja alcançada pela capacitação e assistência técnica da secretaria.

MAIS CAMINHOS, MENOS CUSTOS

O estado de São Paulo é marcado pela infra-estrutura rodoviária e logística privilegiadas quando comparado a outras regiões produtivas do País. Mas os caminhos da produção necessitam de investimentos e manutenção feitos pelo governo do Estado, pela iniciativa privada e, no melhor dos modelos, que é a atuação conjunta.

A Secretaria de Agricultura firma suas parcerias com o poder municipal e com as empresas do agronegócio de atuação local para o bom desenvolvimento das ações de infra-estrutura. Um bom exemplo é o Programa Melhor Caminho, executado pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp), empresa da secretaria com atuação no meio rural que, além de convênios com os municípios, trabalha com o agronegócio local na recuperação de trechos de estradas.

MEIO AMBIENTE

Criada há 80 anos, a Codasp, além de garantir o escoamento da produção, se destaca-se pela tecnologia de construção, recuperação e manutenção de estradas com enfoque no equilíbrio ambiental.

O foco do Programa Melhor Caminho está na conservação das estradas rurais (não-pavimentadas), de forma

a preservar os recursos naturais, especialmente a água e o solo, prevenindo e controlando a erosão e, simultaneamente, estimulando a adoção de práticas conservacionistas pelos agricultores. Aquelas estradas rurais ladeadas por enormes barrancos, onde a água da chuva levava todo o solo deixaram de existir depois do desenvolvimento e da adoção da nova tecnologia.

O processo realizado pelos engenheiros da Codasp garante melhores condições de escoamento, armazenamento e infiltração das águas pluviais, controlando e prevenindo a erosão e o assoreamento dos mananciais e aumentando a recarga do lençol freático. É feita a readequação das plataformas das estradas rurais de terra, com ou sem a elevação do greide estradal, para a implantação de sistema de drenagem superficial eficiente. O suporte e rolamento das pistas é garantido com a execução de revestimento primário, sem entrar em altos custos como asfaltamento.

RECORDE DE INVESTIMENTO - No balanço do Melhor Caminho, foram recuperados desde 2007, 2.400 km de estradas rurais (sendo 2.297,12 km realizados pela Codasp e 146,60 km por parcerias com a participação de recursos das prefeituras municipais, totalizando então 2.443,32 km) em 403 municípios totalizando aproximadamente R\$ 157 milhões em investimentos.

Para 2009 estão previstos 2 mil km, e para 2010, 2.700 km, resultando em um total de 7 mil km de estradas rurais recuperadas e adequadas no estado de São Paulo. Para dar uma idéia, o Melhor Caminho, criado em 1997, concluiu nos seus primeiros dez anos a recuperação de 5 mil km de estradas.

Além do Melhor Caminho, temos a recuperação de trechos de estradas rurais em propriedades participantes do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que totaliza cerca de 1.200 km de estradas rurais recuperadas em mais de 150 microbacias.